

ENSAIO ACERCA DO DISCURSO DO JORNAL CORREIO DO ESTADO SOBRE A GESTÃO PEDRO PEDROSSIAN E AS ELEIÇÕES DE 1982 AO GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL ¹

Wagner Cordeiro CHAGAS ²

Paulo Roberto Cimó QUEIROZ ³

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS

Resumo

O primeiro governo Pedro Pedrossian (PDS/1980-1983) em Mato Grosso do Sul representou um período de estabilidade política, após golpes palacianos, articulados por esse personagem junto ao governo central, nos primeiros anos de instalação do Estado, que levaram em apenas dois anos, três personagens a administrar o Poder Executivo estadual. Foi nessa gestão que se deu a eleição direta de 15 de novembro de 1982 para governador, a primeira dessa Unidade da Federação, criada em 1977, e que sagrou vitorioso o candidato oposicionista Wilson Barbosa Martins (PMDB). Neste trabalho busco apresentar uma sucinta análise dos discursos feitos pelo jornal Correio do Estado, um dos mais antigos e o de maior circulação no Estado, sobre a gestão Pedrossian e o processo eleitoral ao longo de 1982. Para isso, faz-se necessário tecer uma contextualização a respeito dos momentos finais da ditadura militar no Brasil para uma melhor compreensão desse importante momento histórico de Mato Grosso do Sul e do País.

Palavras-chave: : jornal, correio do estado, discurso

¹ Trabalho apresentado no 1º Encontro Centro-Oeste de História da Mídia – Alcar CO 2012, 31/10 e 01/11/ 2012, Unigram/ Dourados/ MS.

² Mestrando em História pelo PPGH-UFGD e bolsista da CAPES, e-mail: wc-chagas@hotmail.com

³ Orientador. Professor doutor em História da FCH-UFGD.

1 - A lenta abertura política

O contexto do período de abertura política do final dos anos 1970 e início de 1980 é caracterizado pelo que o governo militar do presidente Ernesto Geisel (1975-1979) chamou de “abertura lenta, gradual e segura”, ou seja, o retorno das normalidades democráticas no Brasil, golpeada por meio da deposição do presidente João Goulart em março de 1964, ocorreria de uma forma que o governo pudesse ter total controle do processo.

Dentre as medidas tomadas pelo governo para abrandar a ditadura, podemos destacar a Lei da Anistia, de 1979, a Reforma Partidária, também de 1979, Emenda Constitucional Anísio de Souza, de 4 de setembro de 1980 e a Emenda Constitucional nº 15, de 19 de novembro de 1980.

A lei nº 6683, de 28 de agosto de 1979, conhecida como Lei da Anistia, permitiu a supressão de condenações feitas a lideranças políticas que foram consideradas subversivas pelo regime ditatorial, além de absolver agentes do Estado ditatorial que participaram de práticas de tortura e outros meios utilizados pelo regime para repressão.

Da Reforma Eleitoral, desencadeada a partir da Lei Orgânica dos Partidos, em conformidade com Rogério Schmitt (2005), originou-se os seguintes partidos políticos: PP, PDT, PTB, PT, PMDB (em substituição ao MDB), PDS (sigla que passou a representar a extinta ARENA).

Quanto à Emenda Anísio de Souza, esta alterava, por meio de adiamento para o ano de 1982, a realização das eleições municipais marcadas para ocorrer no ano de 1980. Isto levou a coincidência de mandatos entre governadores e prefeitos. Assim, o pleito de 1982 foi marcado por uma singularidade, pois os cargos em disputa abarcavam vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, senador e governador. Por fim, o Congresso Nacional aprovou em fins de 1980 a Emenda Constitucional nº 15 que restabeleceu as eleições diretas para governadores e senadores.

2- As estratégias do governo Figueiredo para as eleições de 1982 aos governos estaduais

As eleições diretas para governadores de Estado haviam sido suspensas em 1966 por meio do AI-2 editado no governo do marechal Castelo Branco devido a derrotas sofridas pelo governo nas eleições para governador de 1965. Dos onze estados que tiveram eleições, em cinco, os candidatos da oposição venceram.

O cientista político David Fleischer demonstra como as eleições 1982 foram arquitetadas pelo governo João Figueiredo, para limitar o crescimento das legendas de oposição:

Durante 1981, o PDS sofreu uma erosão gradual, especialmente entre elementos da ex-Arena, chegando à cifra de maioria absoluta mínima de 211 deputados, enquanto o MDB crescia. A estratégia golberiana para as próximas eleições era o PDS estabelecer alianças eleitorais com o PP, PDT ou PTB em certos Estados, e em outros aguardar a divisão do voto oposicionista que talvez deixasse o PDS vencer com uma maioria simples.. Reforçado por programas econômicos e de obras públicas “populistas” em 1982, este plano esperava ate-

nuar a maré oposicionista, deixando o governo numa posição razoável com diversas alternativas para negociações políticas na condução da fase final da “abertura” em 1983 e 1984. Porém, a demissão abrupta do general Golbery em agosto de 1981 marcou mudanças neste cenário. Durante a ausência do presidente Figueiredo (licença médica de 60 dias), a oposição, fortalecida com 10 votos do PDS, derrotou uma parte do Pacote sem expressão que teria estendido a sublegenda às eleições diretas para governador em 1982. Após o retorno do presidente em novembro, as últimas pesquisas de opinião eleitoral do SNI demonstravam que, apesar da coincidência das eleições federais, estaduais e municipais em 1982, a cotação do PDS nos Estados caía a cada mês. Mais uma vez os engenheiros políticos foram convocados para “mudar as regras do jogo”. O resultado foi o Pacote de Novembro (1981), que foi aprovado por decurso de prazo em janeiro de 1982. As modificações incluem o “voto vinculado” e a proibição de coligações eleitorais, mas curiosamente não adotaram a sublegenda para o cargo de governador (FLEISHER, 1988, p. 77 e 79).

Ronaldo Couto menciona, por sua vez, um novo pacote, conhecido como Pacote de Maio, onde destaca:

O pleito de 1982 foi realizado com as novas regras eleitorais. A ditadura teimava em complicar a vida dos partidos de oposição. A nova legislação foi forjada no famoso Pacote de Maio, alguns meses antes do pleito, e entre outras coisas reabriu as filiações partidárias para que o PDS pudesse receber alguns deputados, flexibilizou a legislação para que os partidos menores disputassem o pleito, nesse caso, com medo de que os pequenos partidos se fundissem com o PMDB. Também ampliou o número de deputados, criou o Estado de Rondônia, aumentou de quatro para seis anos o mandato do presidente da República e alterou o número de delegados ao Colégio Eleitoral (COUTO, 1999: 308-309 apud SILVA E OLIVEIRA, 2006, p. 77).

Desta forma é possível realizar algumas discussões a respeito dos métodos utilizados pelo governo militar para tornar ainda mais lento o processo de abertura política. Primeiro como destaca o cientista político David Fleischer, algumas das estratégias idealizadas pelo ministro-chefe do Gabinete Civil do governo Figueiredo, Golbery do Couto e Silva, podem ser consideradas difíceis de serem colocadas em prática naquele momento de ebulição da luta pela liberdade democrática, possivelmente a idéia de alianças com partidos de oposição em alguns estados seria impraticável. Por outro lado, em relação aos novos partidos lançarem candidaturas próprias, como também enfatiza Silva e Oliveira (2006), essa estratégia possibilitaria de certa forma algumas vantagens ao PDS, pois os votos da oposição estariam divididos entre diversos candidatos, e não se concentrariam apenas nos nomes do PMDB.

Ao não permitir coligações partidárias, as agremiações para terem o direito de lançarem candidatos nos estados foram obrigadas a lançar chapas completas. Por seu turno, o chamado voto vinculado obrigava que o eleitor votasse em candidatos do mesmo partido político, caso contrário, seu voto seria anulado, outro meio de permitir que os votos dados aos candidatos governistas pudessem ser ampliados, já que o votante deveria escolher o governador, os deputados federais e estaduais, senadores, prefeitos e vereadores da mesma legenda.

Apesar de todas as estratégias utilizadas pelo governo federal, o pleito de 1982 significou uma grande derrota a ditadura, pois em dez estados a oposição, representada principalmente pelo PMDB, elegeu seus governadores. Conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o resultado ficou assim definido, pelo PMDB: Acre:

Nabor Júnior; Amazonas: Gilberto Mestrinho; Espírito Santo: Gerson Camata; Goiás: Íris Resende; Mato Grosso do Sul: Wilson Martins; Minas Gerais: Tancredo Neves; Pará: Jader Barbalho; Paraná: José Richa; São Paulo: André Franco Montoro. No Rio de Janeiro, Leonel Brizola se elegeu pelo PDT.

3- As eleições em Mato Grosso do Sul

O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado através da Lei Complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977, por meio da divisão do estado de Mato Grosso. Em 1978, as lideranças políticas iniciaram o processo de formação dos principais órgãos dessa unidade federativa, foram eleitos os primeiros deputados estaduais, federais e um senador. O governador, por sua vez, foi escolhido pelo presidente da República, visto que as lideranças da ARENA estadual, divididas em suas facções, não chegaram a um consenso sobre qual nome indicar para posterior aprovação do Congresso Nacional e do presidente. Para solucionar a crise foi necessária a intervenção do presidente Ernesto Geisel que optou por nomear um personagem sem experiência política e que não tinha raízes no estado, o engenheiro Harry Amorim Costa, diretor do Departamento Nacional de Obras (DNOS). Apesar de ser oriundo do estado do Rio Grande do Sul, Harry havia realizado diversos trabalhos no antigo sul de Mato Grosso e o conhecia bem.

Em 1979, Harry assumiu, porém, seu mandato se estendeu até junho daquele ano. Manobras palacianas fizeram com que o presidente João Figueiredo o demitisse do cargo. Em seu lugar assumiu o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Londres Machado. No final de junho foi nomeado o novo governador, o ex-prefeito de Campo Grande Marcelo Miranda Soares. Este ficaria até outubro de 1980 quando também foi exonerado. Em seu lugar assumiu o então senador Pedro Pedrossian, político de forte ligação com o presidente da República. Foi na gestão de Pedrossian que os sul-mato-grossenses puderam, pela primeira vez, eleger o governador em 1982.

Como é possível perceber na tabela da página anterior, em Mato Grosso do Sul o PMDB sagrou-se vitorioso por meio da candidatura de Wilson Barbosa Martins⁴. Wilson era um líder político de prestígio nos meios oposicionista, fora prefeito de Campo Grande, pela UDN, de janeiro de 1959 a janeiro de 1963 e deputado federal até 1969, quando teve seu mandato cassado pelo AI-5.

É preciso ressaltar, contudo, que o nome mais cotado do PMDB era o de Plínio Barbosa Martins, irmão mais novo de Wilson, que também havia tido grande destaque na política mato-grossense. Sua primeira eleição foi em 1961 para vereador por Campo Grande, pela UDN. Mais tarde se elegeu, pelo MDB, prefeito de Campo Grande entre janeiro de 1967 e janeiro de 1970. Havia sido também candidato ao Senado por duas vezes, uma em 1970 contra Filinto Müller (ARENA) e Rachid Saldanha Derzi (ARENA)⁵, e outra já pelo criado Mato Grosso do Sul, no ano de 1978, sendo derrotado por poucos votos para o ex-governador de Mato Grosso Pedro Pedrossian (ARENA)⁶. Conforme Marisa Bittar, em entrevista com Plínio em 1996, este relatou que por questões de

problemas de saúde na família, aceitou desistir da candidatura ao governo.

Para Bittar, a vitória do PMDB no estado representou:

[...] Além do significado maior que caracterizou aquelas eleições, o de ter infringido uma derrota à ditadura militar, elas se constituíram num marco para o estabelecimento da normalidade institucional, colocando termo aos sucessivos golpes palacianos que ocorriam desde 1979, ano da instalação do seu primeiro governo (BITTAR, 1998, p. 33).

Em sua obra de memórias, Wilson Martins descreve sua vitória da seguinte forma:

A primeira oportunidade que teve o povo sul-mato-grossense de escolher por voto direto e democrático o seu próprio governador foi em 1982 [...] Foi para todos uma surpresa ver a oposição vencer em Mato Grosso do Sul, justamente aqui onde a população acabara de ganhar “de presente” a emancipação política com o novo estado [...] Depois de dez anos condenado ao silêncio e ao ostracismo pela ditadura, acabei merecendo a confiança do meu partido e da maioria dos meus concidadãos (MARTINS, 2010, p. 196 e 197).

Concorreram ao governo os seguintes nomes: José Elias Moreira (PDS), candidato do governador Pedro Pedrossian, Wilson Fadul (PDT), petebista histórico, ex-prefeito de Campo Grande e ex-ministro da Saúde do governo João Goulart, teve importante apoio de Leonel Brizola para se tornar candidato, e Antônio Carlos de Oliveira (PT), deputado federal eleito em 1978 pelo MDB, mas que deixou os quadros do partido a partir do momento em que ex-arenistas filiados ao PP, passaram a integrar o PMDB, devido à fusão das duas legendas em 1981. e que ajudou na fundação do Partido dos Trabalhadores no estado e a nível nacional. Assim, a oposição estava dividida em três candidaturas: a do PMDB, do PDT e do PT.

⁴ Conforme Ciro Toaldo, foi de grande importância para essa eleição a contribuição do Partido Comunista Brasileiro do estado (PCB-MS), que, apesar de estar na clandestinidade, empenhou-se na defesa do candidato do PMDB, e dos movimentos sindicais, como o caso da Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul (FE-PROSUL) (2003).

⁵ O resultado final conforme Eronildo Barbosa e Tito Carlos foi: Filinto, eleito com 170.365 votos; Rachid: 146.257 votos e Plínio: 80.451 votos (2006, p. 44).

⁶ Segundo Bittar, com base em dados coletados do TRE-MT, o resultado dessa eleição ficou assim: Pela ARENA, Pedro Pedrossian: 134.338 votos, José Fragelli: 45.885. Pelo MDB, Plínio: 130.652 votos e Humberto Neder: 11.456 (2009, p. 145). Para entendermos esse resultado é preciso lembrar que essa eleição foi realizada sob a vigência da lei da sublegenda, que fazia com que os partidos lançassem dois candidatos ao cargo de senador, em seguida, por meio da soma dos votos de ambos os, quem obtivesse o maior número de votos era o escolhido.

4- O jornal **Correio do Estado** e sua posição nas eleições de 1982 no Estado

O jornal *Correio do Estado* foi fundado na cidade de Campo Grande no dia 7 de fevereiro de 1954 por um grupo de lideranças políticas, com o seguinte propósito: “servir o povo de nossa terra, informando-o, indagando-o dos seus problemas, empenhando-se na sua solução, batendo-se por seus direitos e verdadeiros interesses” (*Correio do Estado*, 7 fev. 1954).

Sobre sua fundação, Isabela Schwengber relata que:

O jornal foi lançado por um grupo do sul de Mato Grosso ligado à UDN com objetivos de disseminar as ideias do partido. Seus mentores foram Fernando Corrêa da Costa (na época governador), José Manoel Fontanillas Fragelli (o primeiro diretor-presidente do periódico, atualmente ex-senador, ex-deputado e ex-governador) e José Inácio da Costa Moraes [...] (SCHWENGBER, 2008, p. 40).

Por esse breve histórico do referido periódico percebe-se como as discussões políticas são características marcantes do mesmo. No processo eleitoral de 1982 não foi diferente. Para uma melhor compreensão faz-se necessário analisar o contexto anterior as eleições, mais precisamente a partir do final de 1980, início do governo Pedrossian, e ao longo do ano de 1981.

Ao final de 1980 o jornal apresentou suas matérias dando ênfase a posse e aos desafios que o novo governador teria a partir de então. A partir de meados de 1981 as matérias começam a destacar a possibilidade de o governador ser candidato ao cargo nas eleições de 1982, pois o mandato que Pedrossian exercia era legitimado por meio da nomeação do presidente da República e não por sufrágio universal. Nas eleições futuras, ele poderia se candidatar e tentar ser eleito pelo voto popular, desde que renunciasse três meses antes, no entanto, tal possibilidade deveria ser analisada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ao mesmo tempo, destacavam-se no jornal as possibilidades das outras candidaturas ao governador do PMDB, PDT e PT. Nos meses finais de 1981, o *Correio* destacava de forma significativa a quantidade de obras públicas entregues pelo governo naquele primeiro ano de gestão, como fica demonstrando aqui:

Ao concluir seu primeiro ano de Governo, o governador Pedro Pedrossian já pode inaugurar neste final de semana, várias obras incluídas no projeto Pró-Cidade. Hoje existem mais de 500 obras em todo o Estado visando dar condições mais dignas à população urbana (POSITIVO o 1º ano de Pedro. Correio do Estado, Campo Grande, 19/20 dez. 1981, p. 1).

A divulgação de propaganda governamental sobre as obras também foi uma marca do jornal nesse período, como se vê no exemplar abaixo.



Correio do Estado. Campo Grande, 31 dez. 1981, p. 9.
Fonte: acervo Correio do Estado.

Por outro lado, a partir de abril de 1982, o órgão se posiciona de maneira bem diferente ao que se via nos primeiros anos do governo Pedrossian. Em extensa reportagem feita com populares em Campo Grande, por meio de entrevistas, sobre a situação econômica e política do Estado, o periódico assim descreve:

[...] O clima de insegurança se instalou de forma tão surpreendente que hoje dois sérios perigos ameaçam o MS frontalmente: o déficit econômico, que precisa ser corrigido com medidas seguras e as tramóias do processo pré-eleitoral que já delineia uma malha viciosa, que foge ao entendimento da população [...] Se a vida política desagrada a vida econômica do Estado desagrada muito mais. Tanto que a população já chama o Estado de a “vergonha nacional” da economia brasileira. “Devemos para Deus e todo o mundo, isso qualquer um sabe”, observa o odontólogo Jorge Azambuja [...] (POVO já fala do caos no Estado. Correio do Estado. Campo Grande, 27 abr. 1982, p. 2).

Ainda naquele mês, outras críticas vieram, desta vez com relação as obras do Parque dos Poderes, construção de grande dimensão na Capital que objetivava abrigar as repartições públicas dos três poderes do Estado. A obra era vista como o “maior “elefante branco” de todos os tempos” (DE Parque a sonho dos Poderes. *Correio do Estado*, Campo Grande, 22 abr. 1982, p. 7).

A partir do momento em que o próprio governador se decidiu pelo nome do ex-prefeito de Dourados José Elias Moreira e do ex-procurador do Estado Carlos Stephanini como candidatos do PDS a governador e vice, respectivamente, percebe-se que o jornal divulgava aquele fato como uma medida autoritária do governador, como se lê na seguinte manchete: “PDS aceita imposição; José Elias é o candidato” (*Correio do Estado*, Campo Grande, 1º e 2 maio 1982, p. 3).

Sobre a candidatura do PDS é preciso lembrar que desde 1981 Pedrossian defendia o nome de Paulo Fagundes, presidente da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul (ENERSUL), para governador e o de Gazi Esgaib, importante articulador político do governo, para vice. Estes eram tidos como certos, até o momento em que, de

acordo com a matéria, por meio de uma imposição, a classe política foi surpreendida com a divulgação dos novos nomes, os “novos ungidos” de Pedrossian, como se encontra na reportagem.

Em outra divulgação, de 5 de maio, o jornal divulgou a pesquisa encomendada ao Instituto Gallup de Opinião Pública para saber a opinião dos eleitores quando ao melhor nome do PDS para governador. O resultado apontou Levy Dias, deputado federal e ex-prefeito de Campo Grande, que iria concorrer com José Elias Moreira na convenção do partido. Juntamente a isso, as pesquisas revelavam que se a crise interna da legenda não fosse resolvida, a possibilidade do PMDB vencer seria muito fácil.

No final daquele mês as notícias de que Mato Grosso do Sul estava falido eram destaques de primeira página, como se lê na manchete: “Falido, MS está parando” (*Correio do Estado*. Campo Grande, 25 maio 1982, p. 1).

Os parlamentares pedessistas, por seu turno, reclamavam das críticas vindas do jornal, e defendiam o governo, mas, ao mesmo tempo, também reconheciam que a situação econômica de Mato Grosso do Sul não era satisfatória:

Setores políticos governistas na Assembleia Legislativa reagiram ontem, negativamente, à publicação feita ontem pelo Correio do Estado, segundo a qual, falido, o governo determinou a paralisação de várias obras, maioria das quais sequer iniciadas, no interior do Estado. Irritados e sem querer fazer declarações oficiais, deputados do PDS afirmaram que a matéria “contém muita maldade”, embora expresse uma realidade indiscutível e inegável (POLÍTICOS taxam de maldosa notícia de falência do MS. Correio do Estado, Campo Grande, 26 maio 1982, p. 3)

Além disso, os deputados governistas acusavam políticos do PMDB como sendo os responsáveis pela situação econômica do Estado:

Os deputados governistas asseguram que os grandes responsáveis pelo atual estado financeiro do Mato Grosso do Sul são os senadores José Fragelli, Mendes Canale e Saldanha Derzi, do PMDB, que participaram das manobras visando não dar o “quorum” necessário para as sessões de aprovação dos empréstimos (Idem, p. 3)

Faltando um dia para a convenção do PDS que iria decidir entre Levy Dias e José Elias o candidato a governador, a publicação de um artigo assinado pelo jornalista e filho do proprietário do jornal José Barbosa Rodrigues, Antônio João Hugo Rodrigues, também conhecido como A. J., intitulado “O curral e a censura”, denunciava a situação dos convencionais que iriam votar:

Ao alugar 60 apartamentos do Hotel Campo Grande, com objetivo de confinar convencionais pedessistas, impedindo-os não apenas de manterem contatos com o candidato dissidente, Levy Dias, o PDS, alinhado ao governador quis – e conseguiu – também, levá-los a não prestar declarações livres à imprensa, principalmente aquele que não está engajado na campanha do candidato pedrossianista, Zé Elias. O curral de luxo está montado. Vemos, na realidade, convencionais confinados. Está, a maioria, como gado de alta linhagem, recolhido a um estábulo luxuoso, cercados de rações de todos os tipos [...] Os convencionais estão sendo humilhados, cerceados em sua liberdade de ir e vir, obrigados a dar entrevistas apenas de acordo com os interesses do governo e da máquina governamental. E se assim não o fizerem serão, imediatamente, submetidos a uma pressão maciça e quase insustentável,

aterrorizante, sem qualquer indício de democracia algo que, aliás, parece inexistir em todo o esquema organizado (Correio do Estado, Campo Grande, 12/13 jun. 1982, p. 3).

Logo após a definição pelo nome de Zé Elias como candidato do PDS, o *Correio do Estado* começa a demonstrar ainda mais seu posicionamento, como por exemplo, em relação à falta de prestígio deste na maioria dos municípios do Estado. Em matéria do dia seguinte, percebe-se que para o *Correio do Estado* a oposição teria maiores chances com o resultado da convenção governistas:

[...] As coisas ficaram mais fáceis para a oposição, conforme comentários ontem no final da convenção do PDS, entre políticos e pessoas que assistiram às disputas entre Levy Dias e Zé Elias. A oposição partirá para as eleições de 15 de novembro com um quadro mais sólido e com menos problema que o PDS. A falta de objetividade do candidato peemedebista só superada pela fragilidade eleitoral do candidato governista, com potencial de votos apenas na região de Dourados (RESULTADO favorece os opositoristas. Correio do Estado, Campo Grande, 14 jun. 1982, p. 3).

Em manchete do dia 17 de junho, escrito em letras garrafais, apresenta-se em primeira página os seguinte dizeres: “Interior rejeita Zé Elias”, demonstrando que 40% dos prefeitos não aceitavam a escolha do nome imposto por Pedrossian.

Ao longo de praticamente todo aquele mês as chamadas da seção de política mostravam a situação do PDS e seu candidato, manchetes chamativas e matérias longas expressavam esse posicionamento, como esta relacionada a perda de alguns de seus filiados para a oposição:

O Mato Grosso do Sul figura como o Estado onde mais governistas, de posse de um mandato parlamentar, deixaram os quadros da extinta Arena e do PDS para se filiarem aos quadros opositoristas. Numa análise feita em todo o País, constatou-se que um número aproximado de 50 governistas com destacada importância nacional optaram pelos partidos de oposição. Dos oito senadores que deixaram a Arena ou PDS e passaram para oposição, Mato Grosso do Sul figura como o Estado de onde ocorreu o maior número de defecções (MS encabeça a lista de defecções no PDS. Correio do Estado, Campo Grande, 19 jul. 1982, p. 3).

Em plena campanha eleitoral notícias divulgadas demonstravam quais eram as propostas do PMDB para enfrentar a crise financeira vivida por Mato Grosso do Sul:

Gastos perdulários em obras que não são prioritárias, excesso de “mordomias” e aproveitamento do dinheiro público na campanha política foram apontados pelo ex-deputado Wilson Barbosa Martins como razões para a crise econômica vivida pelo Mato Grosso do Sul [...] As medidas de caráter imediato apontadas pelo candidato a governador do PMDB durante entrevista coletiva em Brasília, consiste basicamente em buscar recursos para que sejam renegociadas todas as dívidas do Estado junto a instituições financeiras do País e do exterior [...] Hoje o Mato Grosso do Sul deve no mercado financeiro interno e externo a soma de aproximadamente 28 bilhões de cruzeiros, o que já coloca em situação aflitiva empreiteiras, chefes de família e funcionários estaduais preocupados, os professores estão em greve e toda população do Estado em tensão diária, segundo Wilson Barbosa Martins (PMDB tem a saída para crise estadual. Correio do Estado, Campo Grande, 2 set. 1982, p. 3).

A crise demonstrada aqui provocou diversas greves no estado. Conforme Tetila e Biasotto (1991), esse foi um dos períodos de maior efervescência dos movimentos sociais em Mato Grosso do Sul.

Apesar desse posicionamento de críticas a situação política e econômica de Mato Grosso do Sul, é possível observar que não há um posicionamento claro de privilégio nas matérias jornalísticas ao candidato do PMDB, como também não foi encontrado críticas a ele, do modo como se fez com Zé Elias. Abaixo se encontra fotos onde se vê a publicação tanta de matérias sobre a propaganda peemedebista quanto pedessista, sendo possível afirmar que não havia um posicionamento declarado em favor de Martins.



Outdoor de Wilson Martins (PMDB) em rua de Campo Grande. Correio do Estado. Campo Grande, 1º set. 1982, p. 3. Fonte: acervo Correio do Estado.



Outdoor de José Elias (PDS) em rua de Campo Grande. Correio do Estado. Campo Grande, 6 out. 1982, p. 3. Fonte: acervo Correio do Estado.

No entanto, a entrevista realizada com o ex-governador Wilson Martins confirma que o Correio do Estado lhe apoiava:

“O jornal Correio do Estado optou por nos apoiar naquela eleição. Seus administradores viram em nossa candidatura a melhor opção para governar o Estado”⁷.

Em relação aos candidatos Wilson Fadul e Antônio Carlos de Oliveira, estes tiveram pouquíssimo destaque no jornal durante o processo eleitoral. Antônio Carlos, foi destaque antes do início da campanha, quando travou uma intensa batalha com os tribunais para ter sua candidatura aceita, já que não possuía os 35 anos exigidos na Constituição Estadual para ser candidato a governador. Isso só foi possível graças a uma Emenda votada pela Assembléia Legislativa. Em junho daquele ano, o petista em pronunciamento na Câmara dos Deputados, fizera denúncias a respeito de funcionários fantasmas no Estado, o que foi divulgado em ampla matéria pelo jornal.

Sobre Wilson Fadul, a notícia de maior destaque estava relacionada ao lançamento de sua candidatura pelo

⁷ MARTINS, Wilson Barbosa. Entrevista. Campo Grande, 27 jan. 2011.

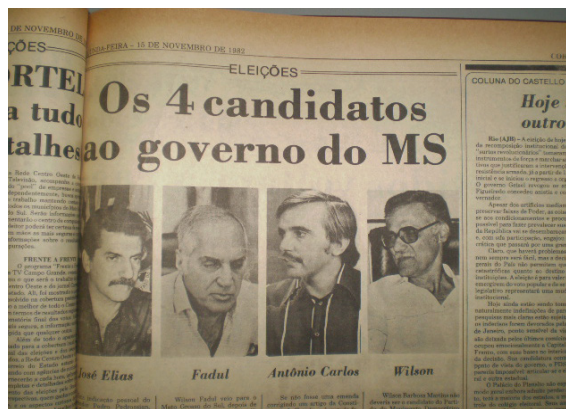
PDT e a importância que teria a região da Grande Dourados em sua campanha, devido ao histórico reduto petebista que fora aquela localidade nos anos 1950, 1960, por conta da implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) no final dos anos 1940 na gestão do presidente Getúlio Vargas. As outras matérias de pouco destaque, indicavam que os sul-mato-grossenses teriam três opções oposicionistas para governador naquele ano.

Ao se aproximar a data da eleição, um editorial do dia 11 de novembro revela uma visão totalmente inversa do que há alguns meses o jornal vinha divulgando sobre o governador e sua gestão:

Não há um dia da semana que o Governador Pedro Pedrossian não esteja inaugurando obras e não há um só município do Estado em que não esteja fazendo alguma coisa. Para o seu governo não há municípios grandes ou pequenos, pobres ou ricos, filhos ou enteados. Em todos põe a marca do seu dinamismo, o desejo de construir e fazer progredir. Em apenas dois anos de governo acionou a sua alavanca de impulsão na busca do tempo perdido. E o faz de tal maneira que muitos ficam imaginando o que teria sido realizado se estivesse governando desde o dia da instalação, como pretendia o Presidente da República, mas de fazer em razão do veto dos políticos que mandavam no partido oficial e que hoje, justamente porque ele foi chamado à revelia de sua vontade, integram-se no maior partido de oposição [...] Estamos com o orçamento do Estado em mão e por ele verificamos que as entradas de capital provenientes de crédito e empréstimos foram relativamente pequenos até agora. Por isso ficamos a pensar que milagres de equilíbrio estará fazendo o Governador para conseguir essa verdadeira multiplicação dos peixes, quando seus antecessores, homens reconhecidamente honestos e capazes, muito pouco puderam realizar. Pedrossian é mesmo um administrador com singular capacidade de realizar. E por isso mesmo, temos ouvido, de dezenas de pessoas, que seria, se quisesse aceitar, um candidato imbatível para o Executivo Estadual, em 1986 (AS obras de Pedrossian. Editorial. Correio do Estado, Campo Grande, 11 nov. 1982, p. 2).

É estranho esse posicionamento do editor do jornal, pois fica claro uma mudança radical no discurso sobre o governo Pedrossian, muito diferente do que se declarava nos meses de lançamento das candidaturas. Seria uma estratégia dos empresários devido a proximidade do dia da votação e certa preocupação em ver eleito o candidato governista, o que poderia complicar a situação das propagandas governamentais a partir de março de 1983? Essa é uma pergunta ainda sem resposta.

No dia 15 de novembro, o destaque do Correio do Estado é para os quatro candidatos a governador:



Correio do Estado. Campo Grande, 15 nov. 1982, p. 2.
Fonte: acervo Correio do Estado.

Para o resultado final, utilizou-se uma matéria de capa para apresentar a vitória de Wilson Barbosa.



Correio do Estado. Campo Grande, 22 nov. 1982.
Fonte: acervo Correio do Estado.

Considerações Finais

É possível dizer que a análise do discurso da imprensa implica realizar uma tarefa minuciosa para se ter a mínima noção de como ela se articula em um curto espaço de tempo. No caso do Correio do Estado e a sua atuação ao longo do primeiro governo Pedrossian e no período da campanha eleitoral de 1982, visualiza-se que este órgão foi bem flexível em sua tarefa de noticiar os fatos políticos daquele momento, ora defendia o governo pedessista, ora combatia. Nesse curto ensaio ficou claro como a grande imprensa lida com o poder político e se move para sua própria sobrevivência. No caso do Correio do Estado, acredito que já é quase uma tradição o modo com que ele se flexibiliza em relação aos governos que já comandaram Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS

- BIASOTTO, Wilson Valentim & TETILA, José Laerte Cecílio. O movimento reivindicatório do magistério público estadual de Mato Grosso do Sul: 1978 – 1988. Campo Grande: UFMS, 1991.
- BITTAR, Marisa. Estado, educação e transição democrática em Mato Grosso do Sul. Campo Grande: UFMS, 1998.
- FLEISCHER, David. As desventuras da engenharia política: sistema eleitoral versus sistema partidário. In: FLEISCHER, David (org.). Da distensão à abertura: as eleições de 1982. Brasília: UNB, 1988.
- MARTINS, Wilson Barbosa. Memória: janela da história. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2010.
- SCHWENGBER, Isabela de Fátima. Quando o MST é notícia. Dourados: UFGD, 2008.
- SILVA, Eronildo Barbosa da & OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Do MDB ao PMDB: quarenta anos de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Oeste, 2006.
- TOALDO, Ciro José. O novo sindicalismo e a mobilização dos professores da rede pública estadual sul-mato-grossense: avanços e rupturas (1979/1992). 2003. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.

JORNAIS

- POSITIVO o 1º ano de Pedro. Correio do Estado, Campo Grande, 19/20 dez. 1981, p. 1.
- POVO já fala do caos no Estado. Correio do Estado. Campo Grande, 27 abr. 1982, p. 2.
- DE Parque a sonho dos Poderes. Correio do Estado, Campo Grande, 22 abr. 1982, p. 7.
- PDS aceita imposição; José Elias é o candidato. Correio do Estado, Campo Grande, 1º e 2 maio 1982, p. 3.
- Falido, MS está parando” (Correio do Estado. Campo Grande, 25 maio 1982, p. 1).
- POLÍTICOS taxam de maldosa notícia de falência do MS. Correio do Estado, Campo Grande, 26 maio 1982, p. 3.
- “O curral e a censura”. Correio do Estado, Campo Grande, 12/13 jun. 1982, p. 3.
- RESULTADO favorece os oposicionistas. Correio do Estado, Campo Grande, 14 jun. 1982, p. 3.
- MS encabeça a lista de defecções no PDS. Correio do Estado, Campo Grande, 19 jul. 1982, p. 3.
- PMDB tem a saída para crise estadual. Correio do Estado, Campo Grande, 2 set. 1982, p. 3.
- AS obras de Pedrossian. Editorial. Correio do Estado, Campo Grande, 11 nov. 1982, p. 2.
- OS quatro candidatos a governador. Correio do Estado, Campo Grande, 15 nov. 1982, p. 2.
- WILSON é o governador. Correio do Estado, Campo Grande, 22 nov. 1982. Capa.